

Ata da Audiência Pública do Conselho de Cidadãos Consumidores de Energia Elétrica de  
Poços de Caldas da DME Distribuição S/A – DMED

Data e horário: 29/03/2022 às 17:30 h

Aos vinte e nove dias do mês de março de 2022, reuniram-se no Auditório do Sindicato do Comércio – SINDICOMÉRCIO de Poços de Caldas, localizado na Rua Prefeito Chagas, nº 459, Centro, os conselheiros Arleni Nogueira Mareca (Classe Residencial), Fabíola Alcântara Arida Uescar (Classe Comercial), Alexandre Alberto Tambasco Pernambuco (Poder Público), Cristiano Ramos Ribeiro (Poder Público) e secretária executiva Leonilda da Silva, para participarem da 4ª Audiência Pública do Conselho de Consumidores do DME Distribuição S/A – DMED gestão 2017/2022.

A presidente do Conselho de Cidadãos Consumidores de Energia Elétrica da DMED, a Sra. Arleni Nogueira Mareca cumprimentou a todos, dando abertura a Audiência, chamando os Conselheiros presentes para compor a mesa, e em seguida ouvindo o Hino Nacional.

A Presidente fez uma breve explanação sobre o Conselho e a representatividade das Classes, Explicando que o Conselho é órgão sem personalidade jurídica, de caráter consultivo, formado por representantes das principais classes de consumo, com a incumbência de contribuir para o aprimoramento dos assuntos relacionados à prestação do serviço público de energia elétrica, notadamente as questões ligadas ao fornecimento de energia elétrica, tarifas e adequados serviços prestados ao consumidor final, doravante denominado Conselho.

O Conselho de Consumidores de Energia Elétrica de Poços de Caldas, que ora preside esta Audiência Pública, foi criado por uma Resolução da Agência Nacional de Energia Elétrica em atendimento ao Artigo 13 da Lei nº 8631 de 04 de março de 1993.

Mencionou que os Conselhos são regulamentados pela Resolução Normativa nº 963 de 14/12/2021 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, a qual: *“Estabelece as condições gerais para a criação, organização e a atuação dos Conselhos de Consumidores de Energia Elétrica, instituídos pelas concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica.”*

A Presidente do CONCEL apresentou as Entidades representativas das classes e os Conselheiros indicados para representa-las no próximo mandato, de 2022/2026 aos presentes no auditório.

**Classe Residencial:** Associação de Líderes Comunitários de Poços de Caldas. Titular: Arleni Nogueira Mareca e Suplente: Aldrey dos Santos;

**Classe Comercial:** Sindicómércio de Poços de Caldas. Titular: Fabíola Alcântara Arida Uescar e Suplente: Albert Cagnani;

**Classe Rural:** Sindicato dos Produtores Rurais de Poços de Caldas. Titular: Claudemir Barzagli e Suplente: ainda não foi indicado.

**Classe Industrial:** Sindicato das Indústrias Met. Mecânicos e de Mat. Elétricos de Poços de Caldas / SIMEPOÇOS . Titular: Philip Danza Franco e Suplente: Natália Consolini Moreira dos Santos;

**Poder Público:** OAB Subseção de Poços de Caldas. Titular: Alexandre Alberto Tambasco Pernambuco e Suplente: Cristiano Ramos Ribeiro.

**Secretária Executiva:** Leonilda da Silva, funcionária do DME Distribuição S.A – DMED, indicada pelo diretor Superintendente.

A presidente perguntou a plateia se havia alguém que tivesse interesse em se candidatar por alguma outra Entidade para fazer parte do colegiado, mas ninguém se manifestou.

Foi desfeito a mesa pelos representantes das classes para que desse início as palestras. A Presidente do Conselho, Sra. Arleni convidou então os palestrantes para que desse início a apresentação. A primeira palestra é sobre o **Tema: A barragem do Cipó e sua segurança para a população Poços Caldense conforme determinação da Aneel.** Os Palestrantes são Adriano Moreira de Oliveira e Luís Carlos dos Santos – Engenheiros Eletricistas e Funcionários da DME Distribuição S.A. – DMED. Falaram sobre as ações que fizeram para implementar um Plano de ação de emergência da barragem do Cipó (Represa Lindolpho Pio da Silva Dias), sendo uma exigência legal. Falaram sobre a capacidade da represa, de como foi feita esta barragem e dados técnicos, escoamento da água e como é utilizada. Falaram sobre os cortes transversais, sobre o solo, acompanhamento da barragem que é feito bimestralmente para identificar possíveis vazamentos. Foi explanado sobre o Plano Nacional de Segurança de Barragens, os acidente ocorridos nas barragens de Mariana, Brumadinho. O Plano de Ação foi elaborado com análise nos riscos potenciais que essa barragem pode causar. O risco potencial foi classificado como baixo e o dano potencial classificado como alto devido as empresas e moradias das pessoas a sua volta, na jusante da barragem. O Plano de evacuação foi elaborado analisando esse dano pontencial, fazendo uma simulação de um possível rompimento, analisando todas as possibilidades que podem ocorrer. Um passo importante foi o cadastramento das pessoas para identificar quais as dificuldades encontradas em cada uma para se locomover caso necessário. Houve uma interação com todos os órgãos de defesa do município envolvidos para a simulação deste Plano de evacuação, tendo um êxito muito grande, e criando um grupo para trabalhar em conjunto caso necessário. O Albert Cagani fez uma pergunta referente a empresa que faz o monitoramento sobre as barragens, sendo respondido de pronto. A Presidente do Conselho Sra. Arleni agradece aos palestrantes pela disponibilidade e já convida o 2º palestrante que cumprimenta a todos os presentes e ao Conselho.

A segunda palestra é sobre o **Tema: Desafios da tarifa de Energia Elétrica no advento da escassez hídrica e seus reflexos para os Consumidores.** O Palestrante é o Sr. Alexandre Afonso Postal – Comitê Técnico da DME Distribuição S.A. – DMED. Sr. Alexandre parabeniza a Sra, Arleni pelos brilhantes trabalhos que vem desenvolvendo a frente do Conselho e pela oportunidade de poder falar sobre este tema que é bem interessante, do momento e acha que a sociedade deve sempre participar, trazer umas reflexões para ser discutido o assunto na sociedade como um todo. Falou das dificuldades em relação a escasses hídrica, das bandeiras tarifárias e final de 2021 apareceu a bandeira de escassez hídrica onerando ainda mais o consumidor. Falou da estrutura do setor elétrico, mencionou todos os órgãos referentes ao setor elétrico, da regulação e particularidades de cada um e os agentes que são os consumidores. A quem compete fazer as políticas de energia, relacionou todos os órgãos competentes. Falou das fontes energéticas e de suas peculiaridades a qual define sua tarifa, das potências instaladas das fontes e crescimento de cada uma e do aumento das energias renováveis. Falou sobre o armazenamento das energias, de

como será armazenado e dificuldades de cada uma, a estocagem como é feita. Como é calculado a tarifa de energia. Política energética influencia na crise energética e a matriz energética influencia a tarifa. Após explanar sobre vários assuntos do setor elétrico, Sr. Alexandre deixa três reflexões: Faz sentido a gente ter um caminho sustentável a qualquer custo, ou precisa ser discutido qual é o custo? É verdade que temos recursos naturais que poucas nações tem, mas será que esses recursos está sendo gerido por políticas energéticas efetivas? E por fim, a sociedade em geral tem aferido benefícios energéticos com essas políticas energéticas, ou só é uma pagadora de conta? Fica essas questões para reflexões para serem discutidos pela sociedade.

Sr. Geraldo Laier da plateia, fez alguns pontuamentos referente algumas usinas hidrelétricas e do crescimento rápido das usinas fotovoltaicas no município e sugere que o DME dever ser mais agressivo nesta questão da fotovoltaica no momento. Sr. Alexandre respondeu que o DME já tem um projeto em estudo de 5MWH. Sra. Arleni, pergunta sobre os empreendimentos do DME, como está no momento? Sr. Adriano respondeu que estão estudando, fizeram o inventário do Rio Pardo, foram identificados vários empreendimentos e dentro eles escolheram a Usina Marabaia e que está aguardando o licenciamento ambiental e também falou de outros empreendimentos que estão sendo estudado. Sra. Arleni solicitou ao Sr. Alexandre para que explicasse sobre a Bandeira de escassez hídrica, a qual foi explanado de forma bem detalhada para os presentes. Sr. Geraldo Laier perguntou sobre o empréstimo que seria disponibilizado para as distribuidoras, de como seria isso? Sr. Alexandre explicou detalhadamente. Sra. Fabíola pergunta sobre dinheiro que o governo vai passar para as concessionárias, se o DME precisa deste empréstimo? Com relação a usina de Itaipu, que as distribuidoras são obrigada a comprar uma parte da energia, o prazo para isso já está acabando ou é por tempo indeterminado? Sr. Alexandre respondeu que como é um dinheiro com taxas atraentes e após a pandemia, as distribuidoras estão passando por um momento delicado, portanto, seria interessante fazer uso deste dinheiro, mesmo no momento não precisando, mas futuramente pode vir a precisar e não ter mais este empréstimo com essa taxa. Referente a Itaipu, falou que pela legislação tem que comprar esta energia, tem prazo, porém, quando olha a legislação fala que é prorrogável este prazo. Sr. Alberto Cagnani pergunta sobre esses juros menores, para pegar esse empréstimo, quais são? Sr. Alexandre responde que menor que a Selic.

A Presidente do Conselho, Sra. Arleni Nogueira Mareca retoma a palavra, pergunta se tem mais alguém na platéia que queira perguntar algo mais, que o Conselho possa esclarecer ou ajudar, não se manifestou ninguém, deu por encerrado a Audiência Pública/2022 do CONCEL, e agradeceu a oportunidade e a presença de todos.

Nada mais havendo a relatar eu, Leonilda da Silva, atuando como Secretária Executiva, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada por todos os membros presentes.

---

Arleni Nogueira Mareca

---

Cristiano Ramos Ribeiro

---

Fabíola Alcântara Arida Uescar

---

Alexandre Alberto T. Pernambuco

---

Leonilda da Silva